

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA**  
**Cidade Universitária – Campus Liberdade**

Flávia Rocha  
Kathiane Francelina Dias  
Natália Zamboni

**JORNALISTAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO**

Uma narrativa de intimidade instrutiva sobre a invisibilidade de jornalistas com deficiência nos ambientes acadêmicos e corporativos.

**Belo Horizonte**

2021

Flávia Rocha  
Kathiane Francelina Dias  
Natália Zamboni

## **JORNALISTAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO**

Uma narrativa de intimidade instrutiva sobre a invisibilidade de jornalistas com deficiência nos ambientes acadêmicos e corporativos.

Relatório técnico-científico apresentado ao  
Centro Universitário UNA – Cidade Universitária,  
campus Liberdade – como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Dra. Carla Maia

**Belo Horizonte**

2021

## **AGRADECIMENTOS**

Aos nossos entrevistados/as, que foram essenciais para a construção do produto deste trabalho e nos ajudaram a compreender a importância da luta contra o capacitismo.

A todos os professores que fizeram parte da nossa jornada acadêmica, nos orientando e guiando para sermos profissionais qualificadas e dispostas a construir um jornalismo mais ético e que trabalha em favor da democracia e dos fatos.

À nossa orientadora, Dra. Carla Maia, que nos guiou e abraçou o nosso tema com muito carinho, respeito e vontade de mudanças. Esperamos que ela continue orientando outros alunos e alunas de forma empática, ajudando-os/as, a construir pensamento crítico para construir uma sociedade mais inclusiva.

Agradecemos ainda por termos encontrado um grupo unido, que durante todo o semestre deu o melhor de si, apesar de todos os obstáculos. Que essa parceria seja apenas o início.

Por fim, desejamos que este trabalho encoraje a todos a buscarem mais conhecimento sobre a luta das pessoas com deficiência e ajude a fomentar a discussão da inclusão desses e dessas profissionais nos ambientes acadêmicos e corporativos.

## RESUMO

O escopo de análise deste trabalho é a produção de uma experiência de jornalismo em primeira pessoa no formato multimídia sobre a invisibilidade de jornalistas com deficiência no mercado de trabalho. O propósito principal é realizar um debate sobre o tema, por meio da escuta e troca de experiências com profissionais que atuam ou atuaram nas mídias tradicionais da capital mineira. Ao fim da construção do produto, percebemos que ainda existem muitas barreiras para que os/as jornalistas com deficiência consigam, de fato, entrar e permanecer no mercado de trabalho. Além disso, ainda se faz necessária a discussão do assunto para que esses profissionais sejam vistos pela sua capacidade, e não pela sua condição.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência; Inclusão; Capacitismo; Jornalista com deficiência; Mercado de trabalho.

## SUMÁRIO

|                                |           |
|--------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>            | <b>6</b>  |
| <b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> | <b>8</b>  |
| <b>3 PROJETO EXECUTIVO</b>     | <b>16</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>    | <b>21</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>             | <b>22</b> |
| <b>APÊNDICES</b>               | <b>24</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como proposta a produção de uma experiência de jornalismo em primeira pessoa no formato multimídia a partir da escuta de vivências de jornalistas com deficiência que atuam ou atuaram nas mídias tradicionais de Belo Horizonte. Nossa meta é levantar um debate sobre a inclusão, considerando a perspectiva desses profissionais no mercado de trabalho, e investigar se os/as jornalistas entrevistados/as consideram que seus direitos como pessoas com deficiência (PcD) estão sendo respeitados e devidamente fiscalizados pelo Estado.

Com a intenção de fomentar a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, foram criadas algumas leis que garantem a inserção e permanência desse grupo no ambiente corporativo. Entre elas, está a lei nº 8213/91, que em seu artigo 93, descreve: *“a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência”*. No entanto, de acordo com dados do Ministério do Trabalho de 2010, das 550.997 pessoas com deficiência que vivem em Belo Horizonte, apenas 1,75% estão empregadas. Por que, apesar das leis e de todo esforço do movimento das pessoas com deficiência e dos direitos humanos, a quantidade de PcDs empregados não aumentou de forma significativa?

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico de 2010, apontou que 45,5 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência. Uma grande parte da população, diriam alguns. Mas, então, por que esse grupo ainda é tão ausente nos ambientes sociais, escolares, acadêmicos e empresariais? Neste trabalho, tentaremos dar respostas a algumas dessas dúvidas e, para isso, vamos entrevistar quem mais conhece sobre o assunto: o próprio jornalista com deficiência e especialistas no tema debatido.

Nosso objetivo é conscientizar o público geral, mas, principalmente, nossos colegas de classe e o corpo docente sobre o tema, pois eles têm ferramentas para serem agentes transformadores na preparação de novos comunicadores que entrarão para o mercado de trabalho com um olhar menos capacitista.

É importante ressaltar que, para que os grupos minoritários tenham seus direitos garantidos e suas demandas atendidas, é preciso o envolvimento de toda a sociedade.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A intimidade instrutiva e o jornalismo em primeira pessoa**

Entende-se como intimidade instrutiva a narrativa na qual o autor conta as suas experiências e vivências com o intuito de instruir e informar o leitor sobre o tema debatido. Segundo Rocha (2007), ouvir as histórias do outro e contar as suas próprias é o princípio básico para entender um relato. Falar de si e ser espectador da intimidade alheia é um ponto intrínseco de uma narrativa e, portanto, do jornalismo.

Embora ainda escassas, já é mais comum encontrar produções jornalísticas em primeira pessoa, nas quais o sujeito se inclui na narrativa a fim de conceder ao relato o tom de veracidade por meio do testemunho. Desse modo, a narrativa ganha uma guinada subjetiva, com um olhar mais afetivo e empático, que muitas vezes se perde na percepção objetiva.

Para Peucer (2004, p. 28), o atrativo desse tipo de narrativa pessoal está no fato de que situações incertas e variadas de uma personagem muitas vezes destacada “contêm admiração, expectativas, alegria, esperança, temor, e se terminam com um sucesso notável, o espírito sacia-se do prazer de uma leitura altamente amena”.

Complementando essa ideia de Peucer, Rocha (2007, p. 62) diz:

O “eu” em construção, desprovido de seus modelos tradicionais, encontra-se, então, face a um discurso midiático onipresente e intermediador dos diferentes campos do saber e das formas de experienciar a realidade – o novo guia para saber como melhor viver e se portar no mundo, calcado, entre outros dispositivos, nos exemplos de quem compartilha sua intimidade.

Tendo em vista o que falam esses autores, utilizamos a narrativa em primeira pessoa na reportagem com o objetivo de criar uma intimidade instrutiva, trazendo o/a leitor/a mais para perto da realidade tanto dos entrevistados/as quanto da narradora. Com isso, o conteúdo tem um tom mais subjetivo, que contribui para uma assimilação mais sensível e empática dos fatos relatados.

### **2.2 Conceito de reportagem multimídia**



A constante evolução da internet tem oferecido novas possibilidades para todos os profissionais, e para o jornalista isso não é diferente. Com o surgimento do jornalismo digital, tornou-se viável criar narrativas jornalísticas capazes de traduzir as informações de uma maneira mais completa.

A reportagem multimídia é um fruto dessa transformação, que une elementos distintos, como foto, vídeo, áudio e imagens, para contar uma história da forma mais informativa possível. Canavilhas (2007) define que esse é um gênero revigorado, em que o conteúdo é disponibilizado em diversos códigos, como linguístico, sonoro, icônico ou estilístico.

Segundo Santana (2008), a reportagem multimídia é um formato específico de narrativa jornalística, criado a partir da junção do jornalismo com a internet, que engloba os atributos fundamentais da comunicação online, como hipertextualidade, multimidialidade e interatividade. Em outras palavras, é um gênero que traz as características de uma reportagem impressa, mas acrescenta outros recursos digitais para tornar a narrativa mais rica.

Ainda de acordo com Canavilhas (2007), em lugar de uma notícia fechada entre as quatro margens de uma página, “o jornalista pode oferecer novos horizontes imediatos de leitura através de ligações entre pequenos textos e outros elementos multimídia organizados em camadas de informação”.

Por meio de vídeos, que trazem a sensação de ação, de fotos, que capturam momentos impactantes, de áudios, com depoimentos-chave, e de infográficos, que registram números e dados, a reportagem multimídia oferece uma experiência completa para o leitor. Além disso, ainda existe a possibilidade de atualização constante e em tempo real das informações.

### **2.3 Raízes históricas da grande reportagem multimídia**

Raízes históricas apontam que o surgimento da internet aconteceu no ano de 1969, com o intuito de conectar laboratórios de pesquisas científicas e manter a comunicação entre os militares norte-americanos com os cientistas no apogeu da Guerra Fria. Consta que nesse mesmo ano foi enviado o primeiro e-mail da história, de acordo com a Folha de São Paulo (2001).

Longos anos após a criação da internet e da sua expansão, é somente no final do século XX que o jornalismo apresenta um movimento rumo à World Wide Web, em meados do ano de 1990, basicamente transportando o conteúdo do jornal impresso para internet, sem exploração das ferramentas para produção de conteúdo que eram permitidas no ambiente hipermidiático, segundo Longhi (2014).

Longhi (2014), faz uma linha do tempo sobre a evolução dos formatos noticiosos multimidiáticos até o surgimento do que é a grande reportagem multimídia.

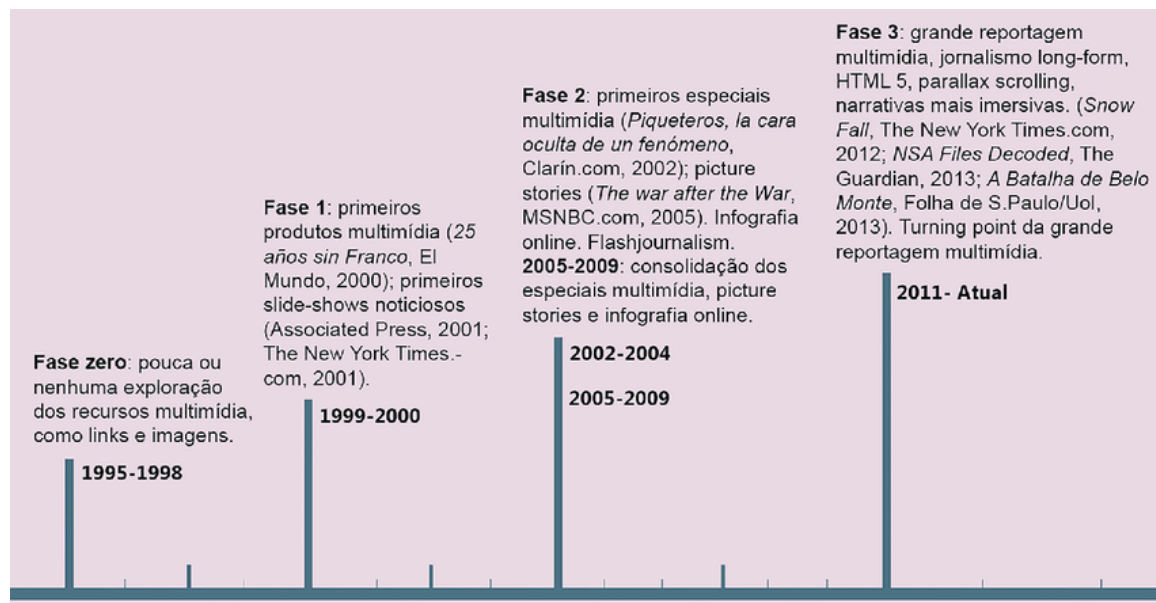


Figura 1: Linha do tempo da evolução dos formatos noticiosos hipermidiáticos, (LONGHI, 2014, pag. 907). Fonte: <https://www.researchgate.net>

Passadas duas décadas desde o seu surgimento, o formato noticioso multimidiático chega no auge, as inovações tecnológicas e as ferramentas para acessar essas tecnologias permitem de fato essa convergência. Para Longhi (2014), a grande reportagem multimídia surge com a essência de resgatar, preservar o lugar da narrativa em profundidade no jornalismo. Sales diz que, “na internet, a reportagem em profundidade amplia-se, com todos os recursos possibilitados por esse novo meio” (SALES, 2016, pg. 173).

Cabe a essa nova narrativa dar ao leitor a capacidade de ser transportado para a estória sem sair do lugar, a imersão no tema do produto noticioso praticamente recriando a notícia. “As grandes reportagens multimídias utilizam de modo inovador os recursos da linguagem hipermídia, especialmente a convergência

de linguagens, a interatividade e a imersão e engajamento com o leitor” (LONGHI, 2014, pg. 14).

Escolhemos o formato multimídia para a nossa reportagem pela variedade de mídias disponíveis, o que torna o conteúdo mais acessível e inclusivo, além de deixá-lo mais completo e informativo. Por ser uma experiência de jornalismo em primeira pessoa no formato multimídia, o leitor tem mais possibilidades de imersão e de ser sensibilizado pelo tema.

## **2.4 PCD: significado, lei e contexto histórico no Brasil e no mundo**

Denomina-se como PCD, em significado literal, Pessoa Com Deficiência, quem seja portador de algum tipo de deficiência (visual, auditiva, física ou intelectual) determinada ao nascimento ou desenvolvida ao longo da vida.

A trajetória dessa comunidade é historicamente cercada de muitos estigmas, rejeições e tabus. Nos tempos da Roma antiga, os plebeus tinham permissão para sacrificar seus filhos caso nascessem com alguma deficiência. Em Esparta<sup>1</sup>, os bebês e pessoas que desenvolviam tais características eram lançados ao mar e/ou precipícios. No começo da Idade Média, os deficientes físicos e mentais eram tachados como possuídos pelo ser maligno e a população da época acreditava — por motivos supersticiosos — que o nascimento de pessoas com deficiência era um “castigo de Deus”. As crianças que sobreviviam eram separadas de suas famílias e isoladas.

Por outro lado, em Atenas aconteceu, talvez, a implementação da primeira emenda jurídica que se tem conhecimento na história sobre os deficientes — por intervenção de Aristóteles —, que ditava que “tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em justiça”. Sendo assim, essas pessoas se tornaram protegidas e amparadas pela sociedade. A partir daí, criou-se a consciência de que as pessoas com deficiência deveriam participar ativamente do cotidiano e se integrar na sociedade como qualquer outro indivíduo.

No Brasil, essa compreensão teve início no século XIX, quando o imperador Dom Pedro II (1840-1889) fundou o Imperial Instituto de Meninos Cegos, no Rio de

---

<sup>1</sup> Cidade-Estado da Grécia antiga.

Janeiro, que é atualmente o Instituto Benjamin Constant, escola especializada no ensino de deficientes visuais. Anos mais tarde, foi inaugurado também o Instituto Nacional de Surdos Mudos (INES), que passou a realizar atendimentos de deficientes auditivos de todo o país, em sua maioria abandonados pela família.

## **2.5 Lei no Brasil**

O marco zero da lei que abrange pessoas com deficiência no Brasil foi a Lei 7.853/1989, que depois foi regulamentada pelo decreto 3.298/1999. Essa lei diz respeito à pessoa portadora de deficiência, quanto a políticas públicas que garantam e facilitem a acessibilidade, obtenção de direitos e integralização social. A nomenclatura vigente nos dias de hoje foi oficialmente adotada e reconhecida em convenção realizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em prol da pessoa com deficiência no ano de 2006, após o termo “pessoa portadora de deficiência” cair em desuso.

## **2.6 Escolarização**

Antes de chegar a análise da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, é necessário entender o caminho traçado até ali. E ele começa na educação. Para nos aprofundarmos na história da escolarização das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo, precisamos compreender melhor o conceito de inclusão. Sassaki especifica:

Inclusão, como paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais são tomados e adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos – sempre com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (Sassaki, 2009, pg.1).

Assim, para nos tornarmos uma sociedade realmente inclusiva, precisamos escutar, acolher e nos adaptar às necessidades desses grupos socialmente excluídos. Entretanto, apesar de todo debate, leis e participação ativa das pessoas com deficiência, a incapacidade da sociedade de compreender e implementar suas demandas impedem a ascensão pessoal, social e profissional desses indivíduos.

Se fizermos uma breve pesquisa, encontraremos evidências arqueológicas comprovando que, já nos tempos da Idade Média, as pessoas com deficiência eram vistas como doentes e incapazes de aprender, sendo assim, eram proibidas de frequentar ambientes escolares.

Esse cenário perdurou até o início do século XX, porém, o único ensino que recebiam era por meio de instituições de acolhimento, onde passavam o resto de suas vidas segregadas (Costa e colaboradores, 2016).

Ainda segundo Costa e colaboradores (2016), a integração das pessoas com deficiência nas escolas regulares só teve início no final do século XX. Apesar disso, recebiam ensino simplificado e inferior em comparação aos demais. Além disso, apenas aqueles que se encaixavam melhor no padrão da normalidade eram integrados nas escolas de ensino regular.

## **2.7 A educação inclusiva no Brasil**

A primeira tentativa do governo brasileiro de garantir que as pessoas com deficiência frequentassem escolas regulares foi por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), criada no ano 1961, que fundamentava a educação escolar para pessoas com deficiência: *“A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade.”*

Em 1994, na convenção em Salamanca (Espanha), o Brasil e outros 92 governos e 25 organizações internacionais assinaram a declaração que tinha como fundamento o *“dever das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguística ou outras”* (Brasil, 1997, p. 17).

Desde então, o governo brasileiro, em conjunto com a Organizações das Nações Unidas (ONU) e o movimento mundial das pessoas com deficiência, trabalham para efetivar a inclusão desses indivíduos nas escolas regulares do Brasil e do mundo.

Atualmente, as pessoas com deficiência são amparadas por várias leis. Entre elas, está a Lei Brasileira de Inclusão, que garante igualdade de ensino e

oportunidade para todos os cidadãos. Entretanto, a educação inclusiva no Brasil ainda é incipiente e precisa de muitos aprimoramentos para um efetivo acolhimento desse grupo. Neves e colaboradores (2014, pg. 4) instrui:

Pode-se dizer que a relação entre a educação inclusiva e a inclusão laboral é estreita. A educação inclusiva permite, desde a infância, o convívio entre as pessoas com deficiência e as demais. Isto restringe o preconceito e a discriminação e favorece a inclusão. A educação inclusiva também estimula as pessoas com deficiência a lidar com outros indivíduos, aprimorando a relação que ela estabelecerá com a sociedade.

Ainda segundo os autores, o preconceito e a discriminação dificultam o interesse e capacitação dos profissionais da educação na inclusão e instrução de qualidade para as pessoas com deficiência, impedindo, assim, a construção de uma sociedade inclusiva.

## **2.8 A pessoa com deficiência no mercado de trabalho**

Para se entender a ausência das pessoas com deficiência nos ambientes corporativos, temos que levar em conta a existência de várias barreiras que impedem a inclusão e a permanência desse grupo no mercado de trabalho, tais como o despreparo e desinteresse das empresas; a falta de adaptação e acessibilidade dos ambientes empresariais; e a pouca qualificação dessas pessoas. Outro fator que precisamos considerar é a falta de oportunidade oferecida às pessoas com deficiência, que, por não conseguirem espaço no mercado de trabalho, acabam desempregadas e dependem da ajuda governamental ou de terceiros para se manter.

Segundo o IBGE, censo demográfico de 2010, há aproximadamente 45,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil. 4,4 milhões delas estão em Minas Gerais, das quais 550.997 vivem em Belo Horizonte.

Dados do Ministério do trabalho, também de 2010, mostram que das 4,4 milhões dessas pessoas com deficiência que vivem na capital mineira, apenas 1,75% delas estavam empregadas. Fica evidente a ausência desse grupo nos ambientes empresariais, mesmo com a Lei nº 8213/91, promulgada no artigo 93, que garante às pessoas com deficiência espaço no mercado de trabalho. Cita a lei:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I- até 200 empregados, 2%; II- de 201 a 500, 3%; III- de 501 a 1.000, 4%; IV- de 1.001 em diante, 5%.

A lei em vigor tornou obrigatório o preenchimento de 2% a 5% do quadro de funcionários com cotas para pessoas com deficiência, com o intuito de garantir a inclusão desse grupo no mercado de trabalho. As empresas que não obedecerem a lei correm o risco de punição com multas.

Contudo, é importante salientar que a inclusão não é um dever apenas das empresas, como esclarece Neves e colaboradores (2014, pg. 3):

No entanto, a legislação sozinha não é capaz de promover a inclusão no mercado de trabalho de forma ampla, para isto é necessária maior conscientização da população sobre as reais limitações e potencialidades desses indivíduos. Esta conscientização deve abranger toda a comunidade, pois todas as pessoas estão sujeitas a adquirir uma deficiência ou a interagir com pessoas com deficiência.

Sendo assim, a responsabilidade é de todos nós, visto que apenas com o envolvimento de toda a sociedade será possível proporcionar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência.

### **3 PROJETO EXECUTIVO**

#### **3.1 Descrição do Produto**

O produto do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC é uma experiência de jornalismo em primeira pessoa no formato multimídia sobre a invisibilidade de jornalistas com deficiência no mercado de trabalho. Apesar de ter como personagem principal a integrante Flávia Rocha, a reportagem foi escrita e elaborada em conjunto por todo o grupo.

A escolha pelo tema veio do desejo da Flávia de encontrar jornalistas com deficiência ocupando os espaços dos quais ela deseja fazer parte e trocar experiências capazes de proporcionar uma reflexão em todos que tenham contato com a reportagem. Posteriormente, as outras duas integrantes — Natália Zamboni e Kathiane Francelina Dias — se juntaram a Flávia, formando o grupo, pois tinham a vontade de entender um pouco mais sobre a luta das pessoas com deficiência e como podem contribuir para construir uma sociedade menos capacitista.

Para a construção da reportagem, foi feito um planejamento em reuniões semanais e desenvolvimento da pauta, com levantamento de possíveis fontes, criação de cronograma, roteiro de perguntas e divisão de tarefas. Depois, o grupo entrevistou comunicadores com deficiência que atuam ou atuaram nas mídias tradicionais de Belo Horizonte. Por causa da pandemia da Covid-19, todos os encontros foram virtuais, realizados em conjunto pelas integrantes. As entrevistas foram realizadas com base em pesquisa prévia e um roteiro de perguntas, mas também houve espaço para diálogo, com troca de vivências e experiências.

O passo seguinte foi a transcrição das entrevistas realizadas e a construção do escopo da reportagem, facilitando o processo de escrita do nosso produto. Durante a etapa de redação da reportagem, também selecionamos fotos, infográficos, vídeos e áudios para compor o repositório multimídia do conteúdo. Por fim, criamos o site e estruturamos a reportagem finalizada.

#### **3.2 Relatos de experiência**



## **Natália Zamboni**

Para mim, todo o processo do TCC foi de aprendizado. Quando comecei o semestre, não fazia ideia do tema que escolheria para o meu trabalho final. Por isso, quando a Flávia comentou que tinha um tema, mas não tinha grupo, fiquei feliz em me juntar a ela. E, com a chegada da Kathiane, nosso grupo criou ainda mais sintonia e trabalhamos muito bem durante todo o semestre.

Desde o início senti que estava trabalhando com um assunto muito querido para a Flávia, então fiz o que pude para me inteirar e ser capaz de contribuir para o produto final. Pesquisei bastante sobre o tema, porque não tinha tanta familiaridade. Além disso, também estudei sobre o nosso produto — reportagem multimídia —, já que estava afastada do ambiente acadêmico por um tempo. Apesar do pouco tempo disponível, uma vez que todas trabalhamos em horário integral, conseguimos realizar um ótimo trabalho juntas. O grupo atuou em conjunto em todas as etapas do trabalho, inclusive na redação da reportagem, que foi feita em reuniões online, nas quais todas contribuíram.

Durante os processos do trabalho, o que mais me tocou foram os relatos dos entrevistados. Ouvir que eles precisaram lutar para frequentar a escola, por exemplo, mexeu muito comigo, porque, teoricamente, é um direito de todos, certo? As lembranças da Flávia sobre a infância e a socialização escolar também foram pontos sensíveis e que me fizeram refletir bastante. Aprender sobre as políticas públicas que tratam dos direitos das pessoas com deficiência e ver a sua ineficácia na prática foi outro tópico que me impactou. Apesar de já saber, ainda que superficialmente, que essas leis são ineficientes, ouvir os relatos dos entrevistados me causou um incômodo muito grande — no sentido de revolta mesmo.

Como mencionei, a luta das pessoas com deficiência não me era tão familiar. No entanto, ao fim do semestre, sinto que aprendi e cresci muito com o trabalho, porque pude entender mais sobre o capacitismo e como ele age na vida dessas pessoas — o que fica bem claro nas histórias tanto da Flávia quanto dos nossos entrevistados. Além disso, compreendi que eu, enquanto pessoa sem deficiência, também tenho um papel a desempenhar para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

## **Kathiane Francelina Dias**

Já dizia Raul Seixas, sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só! Mas quando um sonho é partilhado, ele se torna realidade. E foi assim que surgiu esse trabalho de conclusão de curso, de um anseio da Flavinha. Cheguei na UNA depois que as aulas já tinham começado já havia um mês, precisava me encaixar na metodologia de construção do trabalho em grupo, não daria tempo de começar um projeto novo naquele momento.

Foi durante a orientação dos/as colegas que já estavam matriculados há mais tempo que eu conheci os temas de cada um, e foi nessa orientação que a Flavinha me convidou para embarcar no projeto juntamente com a Nati para discutir a problemática dos/as jornalistas com deficiência e o mercado de trabalho.

Fiquei com muito medo; confesso. Apesar de ter na família uma pessoa com deficiência, não conhecia muita coisa sobre o tema e tinha pouquíssima ideia dos desafios que essas pessoas enfrentam durante todos os estágios de suas vidas.

Durante esse processo de construção do trabalho, com as pesquisas que fizemos para começar a construir o escopo da nossa reportagem, com os relatos das nossas fontes, com o próprio relato da Flavinha que é uma pessoa com deficiência, foi que a ficha caiu! Não é só um trabalho, é um processo de transformação, é um instrumento de luta.

Abracei o tema, e fui juntamente com as meninas lutar contra todos os obstáculos que tínhamos pela frente para chegar nesse momento. Entrevistas em plena pandemia, todas remotas respeitando a opção de nossos/as convidados/as, o tempo escasso que tivemos para conseguir entregar as etapas, as intempéries que cada uma de nós enfrenta diariamente tendo que conciliar o trabalho aos estudos etc.

Durante a construção do trabalho diversos sentimentos nos permearam, medo, angústia, ansiedade, indignação, gratidão, solidariedade e muito amor por esse trabalho. Saio dele acreditando que só é possível uma mudança quando as pessoas perderem o medo, terem coragem e vontade para se aproximar e

discutir o tema, ouvir as vivências delas e levantar a bandeira de luta. É preciso dar visibilidade as essas pessoas para que elas possam ocupar os espaços que a elas são negados.

### **Flávia Rocha**

Queria poder dizer que entrar na faculdade era meu sonho, mas eu estaria mentindo. Na minha cabeça, tudo isso não passava de uma utopia, algo que não era para mim. Afinal, muitos ainda não acreditam que eu, uma pessoa com deficiência, poderia fazer um curso superior e conquistar muito além do que era esperado para mim. Mas, apesar de toda a dificuldade para ocupar esse espaço, aqui estou! Prestes a me formar em jornalismo e já planejando fazer mestrado e doutorado — quem diria.

Os anos que passei dentro da faculdade foram de aprendizado e, principalmente, reconstrução, pois tive que me despir de todo o medo, vergonha e timidez que carreguei durante toda a minha vida. Após esses anos que passei dentro da universidade, posso dizer que sou uma pessoa muito mais feliz, comunicativa e consciente sobre meu lugar no mundo que, diga-se de passagem, é onde eu quiser. Hoje eu sei que não preciso me esconder, não preciso ter medo de dizer o que penso e o que sinto. Mas essa mudança não aconteceu da noite para o dia, foi necessário muito esforço e luta interna para conseguir chegar até aqui.

Afinal, esse desejo de mudança começou lá em 2018, ano que fui encorajada pelo professor Aurélio a construir meu TCC sobre esse tema que se tornou minha principal ferramenta de libertação e conscientização. Mas, por causa de alguns problemas com o setor administrativo da UNA, só foi possível concluir esse trabalho agora, em 2021, ano em que Natália, Kathiane e até mesmo nossa orientadora, Carla Maia, embarcaram nessa viagem comigo. Apesar de ser um tema que está totalmente ligado com meu ser e minha existência, todas elas se esforçaram e se dedicaram tanto quanto eu para construirmos este trabalho. Foi incrível ver a mudança em cada uma delas. Mudança que comprova minha tese de que a única forma de construirmos uma sociedade menos capacitista é por meio do contato e respeito. Respeito por uma história que não é sua. Respeito por um ser que existe e tem muito o que dizer.

Para conseguirmos construir nosso produto, foram feitas pesquisas, cronogramas, entrevistas, infográficos e até mesmo áudios, que serviram para enriquecer nossa reportagem e construirmos um produto inclusivo, afinal, não tem como falar sobre inclusão, sem sermos de fato inclusivos. Apesar de toda correria e até mesmo desespero em alguns momentos, posso afirmar que estou muito orgulhosa do trabalho que construímos.

Sei que deveria falar mais sobre o produto e minha experiência durante todo o semestre, mas para realmente entender este trabalho, é preciso que você entenda minha vivência e de outras pessoas que contribuíram para construção da reportagem, afinal, nós somos o trabalho, e ele é uma parte da gente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste trabalho foi discutir a invisibilidade de jornalistas com deficiência no mercado de trabalho, por meio da produção de uma narrativa de intimidade instrutiva no formato multimídia. Com o intuito de fomentar um debate sobre o tema, realizamos um trabalho de escuta e troca de experiências com os entrevistados, o qual embasou a construção do nosso produto.

A discussão proposta é importante para compreender os obstáculos que as pessoas com deficiência enfrentam durante toda a sua vida, com destaque para as barreiras profissionais, com foco no jornalismo. A partir desse entendimento, é possível ter um panorama da realidade do mercado de trabalho e sermos agentes transformadores.

Assim como todo trabalho de conclusão de curso, aqui também há uma hipótese que norteia toda a discussão. Nos propomos a entender se há inclusão ou somente integração desses profissionais no mercado de trabalho. Com base na imersão da vivência tanto da Flávia quanto dos entrevistados, assim como nos dados analisados, constatamos que não existe inclusão, por diversos fatores. Entre eles, estão o despreparo e desinteresse das empresas, a falta de adaptação e acessibilidade dos ambientes empresariais e a falta de oportunidade oferecida às pessoas com deficiência. Além disso, também existe a falta de políticas públicas eficientes para a inserção e permanência desses profissionais no mercado de trabalho, pois as existentes não cumprem o papel para o qual foram criadas, deixando brechas para que as empresas contornem a lei.

Por fim, esperamos com este trabalho ter contribuído para sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre esse importante tema. Afinal, apenas com o empenho de todos seremos capazes de construir uma sociedade menos capacitista e mais inclusiva.

## REFERÊNCIAS

CANAVILHAS, João. Webnoticia: propuesta de modelo periodístico para la WWW. Cavilhã: Labcom, 2007.

Internet foi criada em 1969 com o nome de "Arpanet" nos EUA. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u34809.shtml/>>. Acesso em: 26 set. 2021.

LARRONDO URETA, Ainara. La metamorfosis del reportaje en el ciberperiodismo: concepto y caracterización de un nuevo modelo narrativo. In: Comunicación y Sociedad, Vol. XXII, N. 2, 2009. p. 59-88.

LONGHI, Raquel Ritter. "Grande reportagem multimídia ontem e hoje". Rede JorTec. Santa Cruz do Sul, nov. 2014. Disponível em: <http://jortec.ufpr.br/portal/docs/grande-reportagem-multimidia-ontem-e-hoje/>. Acessado em 26 set. 2021.

LONGHI, Raquel Ritter. "O turning point da grande reportagem multimídia". Revista Famecos. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 897-917. set/dez. 2014. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-BR&user=7U0F\\_lwAAAAJ&citation\\_for\\_view=7U0F\\_lwAAAAJ:roLk4NBRz8UC/](https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=7U0F_lwAAAAJ&citation_for_view=7U0F_lwAAAAJ:roLk4NBRz8UC/)> Acesso em 26 set. 2021

Neves-Silva, Priscila, Fabiana Gomes Prais, and Andréa Maria Silveira. "Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva." *Ciência & Saúde Coletiva* 20 (2015). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Mmjpyg5Ks9BPntStrwCzChR/?lang=pt>

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Estudos em Jornalismo, v.1, n. 2, Florianópolis: UFSC e Insular, 2004.

SALES, Esdras Marchezan. "Imersão e agência no webjornalismo: estratégias narrativas para a produção da grande reportagem multimídia". Programa de Pós-graduação em Jornalismo UFPB, 2016. Disponível em: <[https://www.academia.edu/38186737/Imers%C3%A3o\\_e\\_ag%C3%Aancia\\_no\\_webjornalismo\\_estrat%C3%A9gias\\_narrativas\\_para\\_a\\_produ%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_grande\\_reportagem\\_multim%C3%ADdia/](https://www.academia.edu/38186737/Imers%C3%A3o_e_ag%C3%Aancia_no_webjornalismo_estrat%C3%A9gias_narrativas_para_a_produ%C3%A7%C3%A3o_da_grande_reportagem_multim%C3%ADdia/)>. Acessado em: 26 set. 2021.

SANTANA, Liliam Marrero. El reportaje multimedia como género del periodismo digital actual. Acercamiento a sus rasgos formales y de contenido. In: Revista Latina de Comunicación Social. Terenife. n. 63, jan. 2008. Disponível em: <http://migre.me/ocejw>. Acesso em 26 set. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, Patricia Rocha da. "Jornalismo em primeira pessoa: a construção de sentidos das narradoras da revista TPM." (2007). Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10881>>. Acessado em 05 dez. 2021.

## APÊNDICES

### Cronograma de entrevistas

| Nome entrevistado  | Tipo de fonte                                           | Data agendada       | Horário   | Canal              |
|--------------------|---------------------------------------------------------|---------------------|-----------|--------------------|
| Giovanna Abreu     | Advogada trabalhista (Fonte / especialista)             | a definir           | a definir | online             |
| Priscila Mendes    | Jornalista ex super (Fonte / personagem)                | 13/10/2021          | 18:30h    | online             |
| Alison Pitangueira | Jornalista ex tempo (Fonte / personagem)                | 15/10/2021          | definir   | Online             |
| Alessandra Mello   | Presidente sind. dos jornalistas (Fonte / especialista) | 05/10/2021          |           | chamada telefônica |
| Mariana Silva      | Jornalista e pesquisadora (Fonte / personagem)          | definir ainda       | definir   | Online             |
| Brisa Marques      | Jornalista (Fonte / personagem)                         | depois do dia 17/10 | definir   | Online             |
| Sophia Mendonça    | jornalista e pesquisadora (Fonte / personagem)          | confirmar ainda     | definir   | Online             |
| Fatine Oliveira    | Publicitária e pesquisadora (Fonte / especialista)      | 07/10/2021          | 18:30     | Online             |

### Perguntas previstas

Mariana Silva

1. Você está há muitos anos no mercado de trabalho como produtora, redatora e repórter de televisão. E como você já disse anteriormente, começou a estagiar desde o primeiro período da faculdade de jornalismo. Como você analisa a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho? Inclusão ou integração?
2. Durante a sua trajetória, você já se sentiu preterida por ser PcD? Já perdeu alguma oportunidade por essa questão?
3. Durante os seus vários anos de carreira como jornalista, você sentiu que havia movimento dentro das redações para incluir mais profissionais com



deficiência, ou simplesmente essa movimentação se dava para o cumprimento da lei?

4. Na sua opinião qual o grau de promoção e engajamento do poder público aos direitos da pessoa com deficiência? No âmbito municipal, estadual e federal? Quais administrações você enxergou uma real atenção a esta população específica?

Brisa Marques

1. Você é uma jornalista, performer, escritora e compositora que usa sua voz para falar sobre sua vivência como profissional e mulher com deficiência. Quando você começou a ser ativista da causa? Você acha que só as cotas para pessoas com deficiência são suficientes para garantir nosso espaço nos ambientes empresariais, acadêmicos e escolares? Falta alguma coisa?
2. Qual é a sua visão sobre a atuação de pessoas com deficiência no meio jornalístico? Você acha que existe uma inserção real desses profissionais na área?
3. Quais são as perspectivas futuras para que tenhamos inclusão realmente de mais jornalistas com deficiência dentro das grandes mídias, além de cotas?
4. Falando especificamente sobre o seu lado jornalista, qual lição você busca passar a pessoa que tenha o desejo de atuar no meio jornalístico sendo PcD?

Sophia Mendonça

1. Você é uma jornalista, escritora, produtora e youtuber que usa esses espaços para conscientizar pessoas sem deficiência sobre o autismo. As demandas das pessoas com deficiência estão sendo mais ouvidas atualmente? A sociedade tem se envolvido mais na causa?
2. Como é a recepção do público ao conteúdo produzido no seu canal no YouTube, principalmente de pessoas sem deficiência?

3. É possível enxergar representatividade dos jornalistas com deficiência além das mídias alternativas? Estamos mais próximos ou distantes dessa realidade?
4. Em uma escala de zero a dez, qual a sua observação sobre o ingresso de PcDs no seu campo de trabalho, o jornalismo? E por quê?

Giovanna Abreu

1. A lei nº 8213/91 foi criada para garantir a presença e permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, entretanto, mesmo com multas e fiscalização do Estado, os números de PcDs empregados não subiram de forma significativa. Você acredita que precisamos de outras leis ou punições mais severas para garantir emprego para as pessoas com deficiência?
2. Você já tem bastante experiência na área trabalhista. Você acredita que a lei funciona para os PcDs? Já participou de algum caso em que alguém com deficiência teve a causa ganha?
3. A cota para pessoa com deficiência nas empresas não garante que todas as categorias estejam representadas, seria um caminho viável categorizar para que se tenha maior representatividade?
4. Na sua opinião, o que falta para a lei de inclusão para PcDs em empresas passar de uma iniciativa meramente protocolar para algo que realmente dê acesso e respaldo a essa população ao mercado de trabalho? Você imagina mudanças profundas ocorrendo a médio-longo prazo?

Alison Pitangueira

1. Você trabalhou durante muito tempo no O tempo como repórter do jornal. Qual a sua percepção da inclusão nas mídias tradicionais de Belo Horizonte? As oportunidades são as mesmas oferecidas para os profissionais sem deficiência?
2. Durante o tempo em que trabalhou na redação, havia outras pessoas com deficiência? Existia alguma ação para contratação desses profissionais ou você acredita que estavam apenas “preenchendo a cota”?

3. Por que ainda as pessoas com deficiência não tem seu trabalho verdadeiramente reconhecido e são colocadas na primeira fila quando a empresa necessita realizar corte de pessoal?
4. Como você enxerga o campo profissional (jornalismo) para profissionais PcDs hoje? Vislumbra uma transformação significativa no futuro?

Priscila Mendes

1. Você é uma jornalista que trabalhou durante muito tempo em um jornal tradicional de Belo Horizonte. Atualmente, você está procurando emprego para voltar a atuar como jornalista. Muito se diz sobre inclusão e igualdade, mas você acredita que o capacitismo atrapalha a contratação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho?
2. Durante o tempo em que você trabalhava na redação, se sentiu preterida por ser uma pessoa com deficiência? Como era a relação com os demais colegas e chefes?
3. Como durante a sua trajetória de vida você escolheu o jornalismo como profissão? Essa escolha tem relação com a necessidade de ser ouvida e representada?
4. No decorrer de sua carreira quais transformações positivas você pôde testemunhar dentro de seu mercado de atuação a respeito de pessoas PcDs?

Fatine Oliveira

1. Como você, enquanto profissional da área de Comunicação, vê a inserção das pessoas com deficiência na área? Você acredita que existem oportunidades iguais ou as empresas costumam fazer contratações apenas para cumprir a lei?
2. Quais os caminhos para a quebra de preconceitos e o capacitismo quando se trata de jornalistas com deficiência e as grandes mídias?
3. Você é mestrandista em comunicação social pela UFMG, fundadora do Coletivo Feminista Helen Keller e, também, autora do blog e canal Disbuga. Em todos esses espaços você fala muito da sua vivência como

pesquisadora e mulher com deficiência. Como você analisa a inclusão nesses locais? Ela é real? Sabemos que você já foi professora em universidade, como foi a recepção dos alunos e do corpo docente? Por que não temos mais professores com deficiência nas salas de aula?

4. Pelo aspecto social, na sua opinião o que falta para que a percepção da sociedade em torno de PcDs deixe de ser de um viés reducionista, estigmatizado e estereotipado?